Revista de Estudos Tributários

2015 v. 16 n. 106 nov./dez.

Artigos

01.	A caracterização do instituto da denuncia espontanea no direito aduaneiro: da exclusão da sanção decorrente do descumprimento de obrigação acessória	
	Luciano Bushatsky Andrade de Alencar, Erica Carneiro de Oliveira Silva	09
02.	Denúncia espontâneo e pagamento parcelado da dívida	
	Luciane da Rosa Lengler, Tanise Corbellini	21
03.	O instituto da denúncia espontânea nas obrigações tributárias acessórias: debates doutrinários e jurisprudenciais	
	Natalia Hallit Moyses	38
04.	A incidência do ICMS substituição tributária nas operações interestaduais com mercadorias sob a ótica da eficácia jurídica dos protocolos celebrados entre os estados	
	Alexandre Pantoja	62
05.	A não inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) instituída pela Lei n. 12.546/2011	
	Bruno A. François Guimarães	79
06.	Emenda Constitucional n. 87/2015 e seus impactos no ordenamento jurídico tributário	
	Angela Vieira das Neves	91
07.	Aplicação do princípio da anterioridade à revogação de benefício fiscal: uma guinada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?	
	Henrique Tróccoli Júnior	99
08.	Fixação: pelo poder judiciário dos montantes máximos das penas de multa punitivas, de mora e dos juros de mora sob o influxo do princípio da vedação do confisco em matéria tributária	
	Marcelo Fróes Del Fiorentino	209
09.	Resumen de la investigación: el principio de no confiscación en materia tributaria: análisis en España y Venezuela	
	Gilberto Atencio Valladares	222